

A #CHAPA1 – FRENTE AMPLA – DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA – originou-

se de um movimento de SERVIDORES INDEPENDENTES que não concordam com a atual FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA e CONDUÇÃO POLÍTICA exercida pelo Sindicato de Servidores de Justiça – SINDJUS.

O nome FRENTE AMPLA foi escolhido com o intuito de demonstrar o nosso compromisso com TODOS OS SERVIDORES, indistintamente, do judiciário maranhense, a fim de que JUNTOS COM A CATEGORIA, possamos lutar e defender nossos pleitos, agregando TODAS AS CLASSES de servidores, e nos fortalecendo cada vez mais enquanto CATEGORIA.

O lema DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA nos obriga a pactuarmos com a necessidade de decidir de FORMA DEMOCRÁTICA, dentro de uma PERSPECTIVA PLURAL, no tocante a natureza dos diferentes cargos existentes no quadro de servidores e, sobretudo, com base na REAL VONTADE DA CATEGORIA, sempre pautados pela COMPLETA TRANSPARÊNCIA, não só em cada decisão tomada de maneira compartilhada, mas, PRINCIPALMENTE, com a devida RESPONSABILIDADE na gestão da contribuição sindical de cada servidor.

A nossa linha política consiste no SINDICALISMO PROPOSITIVO DE VANGUARDA, com o qual priorizaremos o DIÁLOGO com a administração, criando ACESSO a todos os poderes do Estado, a fim de que debatamos PROPOSTAS e SOLUÇÕES dentro de um cenário negocial respeitoso, nos alçando a posição de um dos atores dentro da mesa de negociação, sem perder a essência de LUTA e COMPROMISSO primordial com a defesa dos direitos da nossa categoria.

A hashtag #OSINDJUSÉDOSERVIDOR foi idealizada com o intuito de resgate e devolução da instituição para quem de fato merece, O SERVIDOR, pois o Sindicato não é de 1, 2 ou 3, mas de cada um de nós servidores que através de muita LUTA, CONSCIÊNCIA e RENÚNCIA, fizeram e fazem a nossa categoria ganhar o respeito necessário dentro da sociedade civil.

COMPOSIÇÃO DA CHAPA 1

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: ANTONIO FRANCISCO COUTINHO PEREIRA - Auxiliar Judiciário Telefonista da Comarca de Caxias

Vice-presidente: DIANA MARIA COELHO - Técnica Judiciária da Comarca de Matinha

Secretário-Geral: PEDRO DAVI ARAÚJO DA SILVA - Analista Judiciário do Termo de Paço Lumiar

2º Secretário-Geral: RAIMUNDO NONATO LISBOA DA SILVA - Auxiliar Judiciário do Termo de São Luís

Tesoureiro: ADONIS DE CARVALHO BATISTA - Técnico Judiciário da Comarca de Imperatriz

2º Tesoureiro: FERNANDA PROTÁSIO VERAS - Oficiala de Justiça do Termo de São Luís

SECRETARIAS

1 - SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Rivelino Alves Pereira - Oficial de Justiça da Comarca de Imperatriz

2 - SECRETARIA DE IMPRENSA:

Elton Costa - Técnico Judiciário da Comarca de Caxias

3 - SECRETARIA DE CULTURA E PROMOÇÃO SOCIAL:

Rogério Henrique Castro Rocha - Técnico Judiciário do Termo de São Luís

4 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER:

Rômulo Sousa Neves - Oficial de Justiça do Termo de São Luís

5 - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO:

Gianfranco de Moraes Ribeiro Sá - Técnico Judiciário da Comarca de Pinheiro

6 - SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA:

Anizio Alves da Cunha Júnior – Auxiliar Judiciário do Termo de São Luís

7 - SECRETARIA DE RELAÇÕES SINDICAIS:

José Américo Almeida Filho - Técnico Judiciário da Comarca de Barra do Corda

8 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Walci Barbosa dos Santos - Auxiliar Judiciário da Comarca de Imperatriz

9 - SECRETARIA DE MOBILIZAÇÃO REGIONAL

Maria de Lourdes Costa Andrade - Técnica Judiciária da Comarca de Timon

10 - SECRETARIA DE CONVÊNIOS:

Andressandro Resende Rosendo - Auxiliar Judiciário do Termo de São José de Ribamar

CONSELHOS

CONSELHO FISCAL - MEMBROS TITULARES:

Rildo Carlos Sá Martins - Auxiliar Judiciário Motorista do Termo de São Luís

Isabel Cristina Trindade Duarte - Auxiliar Judiciária da Comarca de Matinha

Bruno de Oliveira Souza - Auxiliar Judiciário do Termo de São José de Ribamar

CONSELHO FISCAL - MEMBROS SUPLENTE:

Diogo Lopes Magalhães - Comissário da Infância e Juventude da Comarca de Açailândia

Sérgio Lima Cavalcante - Oficial de Justiça da Comarca de Esperantinópolis

Vitor Luiz da Cruz Vieira - Oficial de Justiça da Comarca de Imperatriz
CONSELHO DE ÉTICA - MEMBROS TITULARES:
Nivaldo Anderson dos Santos Ramos - Auxiliar Judiciário da Comarca de Caxias
Digelda Costa Sousa - Comissária da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz
Wanysonw Alves Teixeira - Auxiliar Judiciário da Comarca de Imperatriz
CONSELHO DE ÉTICA - MEMBROS SUPLENTE:
Alex Vieira Barbosa - Técnico Judiciário da Comarca de Imperatriz
Rainaldo dos Santos Vieira - Oficial de Justiça da Comarca de Imperatriz
Delvane Moraes Teixeira Bandeira - Oficiala de Justiça da Comarca de Porto Franco

1. PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Isonomia salarial entre auxiliares e técnicos em razão de ambos desenvolverem a mesma atividade.
- Gratificação por Atividade de Gabinete para técnicos judiciários, utilizando como referência a Função Gratificada presente na Justiça Federal, no qual beneficia aqueles servidores que preparam minutas de despachos, decisões e sentenças.
- Adicional de risco de vida para oficiais de justiça e comissários, em razão do perigo inerente da profissão;
- Regulamentação das atribuições do cargo de comissário.
- Gratificação de Atividade Especializada para todos os analistas em razão da complexidade e qualificação inerente ao cargo.
- Implantação do auxílio livro para os analistas de todas as carreiras.

2. PROPOSTAS GERAIS

- Implementação do projeto de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, no qual foi elaborado pela própria administração e propõe melhorias na carreira dos servidores do judiciário maranhense.
- Recebimento das reposições inflacionárias do corrente ano, bem como de todo o passivo dos anos anteriores de reposições não pagas.
- Implantação da Data Base, de preferência no mês de janeiro, a fim de que possamos utilizar de um meio eficaz para exigir o pagamento regular das nossas reposições inflacionárias anuais.
- Convocação dos aprovados do último concurso que ainda não preencheram as vagas em aberto, utilizando uma perspectiva equitativa entre demanda processual e quantidade necessária de servidores para cumprir essa demanda.
- Implementação do auxílio saúde e alimentação nos moldes da orientação do Conselho Nacional de Justiça, alçando o percentual dos nossos auxílios ao patamar de 10% do salário base inicial do magistrado.
- Combate do assédio moral e abuso de autoridade em todas as comarcas do Maranhão.
- Majoração da Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, para o percentual de 50% do salário do servidor.
- Substituição remunerada do secretário judicial e do assessor do magistrado, a partir de 05 dias do gozo férias ou licença deste.
- Manutenção da GAJ para o servidor que tirar licença prêmio, dessa forma, a GAJ será suspensa no gozo da licença do servidor, contudo, assim que o mesmo voltar da licença, continuará trabalhando em regime de GAJ.
- Ampliação do Teletrabalho para os demais cargos (técnico e auxiliar) nos moldes da resolução do CNJ.
- Implantação do percentual dos 6,1% para todos os servidores do quadro.
- Ampliação de cursos e bolsas de mestrado e doutorado para todos os servidores.
- Realização do concurso de remoção de forma regular e justa, dando efetividade ao concurso e possibilitando atender o direito do servidor ativo de se remover para outra localidade de trabalho.
- Cumprimento da decisão do CNJ que obrigou ao Tribunal de Justiça do Maranhão direcionar 50% dos cargos em comissão para servidores efetivos.
- Criação de funções de conciliador e mediador em todas as unidades que trabalhem com matérias que necessitem da presença deste.

3. PROPOSTAS ADMINISTRATIVAS

- Realizar uma auditoria completa e minuciosa nas contas da entidade, a fim de que possa dar total transparência de como foi gerido o sindicato, bem como criar formas de dar cada vez mais acesso aos filiados as contas da entidade.
- Implementar uma Reforma Estatutária na entidade com o fim de simplificar o acesso ao processo eleitoral e proporcionar maior oxigenação dentro do órgão diretor do Sindjus.
- Reformular a assistência jurídica do Sindjus, objetivando um maior acesso a todos os filiados, sobretudo aqueles de comarcas mais longínquas, bem como investir em profissionais qualificados e que possuem trânsito dentro da administração do Tribunal de Justiça do MA.
- Realizar as Olimpíadas Sindjus, ampliando as modalidades de esporte, além de propiciar a participação feminina em todos os esportes praticados dentro da competição.
- Criar e implementar o projeto Sindcultura, fomentando a difusão das mais diversas atividades culturais dentro da categoria, ajudando a divulgar os trabalhos culturais dos servidores, além de promover o descobrimento de novos talentos.
- Ampliação dos convênios com a entidade, possibilitando ao filiado uma gama de serviços dos mais variados com o maior desconto possível.